



INFORMATIVO AMDB

N.º 6

ABRIL DE 2023

Caras Associadas,

Vocês podem estar acompanhando algumas das atividades da diretoria, inclusive porque houve algumas matérias na imprensa, relativas, principalmente, à divulgação pelo MRE do primeiro grupo de indicados para sabatinas na Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Dessa lista, composta de 23 nomes, apenas uma mulher. O fato, notoriamente descabido, acabou determinando o envio, pela Diretoria da AMDB, de uma carta a todos os integrantes da referida Comissão. O texto da carta está em anexo, e a decisão pela comunicação aos senadores e senadoras está lastreada no plano de ação de nossa Diretoria Parlamentar que autoriza a diretoria a entabular contatos com o poder legislativo a fim de cumprir os objetivos da AMDB. Ainda não houve repercussão conhecida à entrega das cartas.

A Diretoria também está preparando a primeira Assembleia Geral Extraordinária da AMDB, a ter lugar ainda no mês de abril, e cuja convocação será enviada em separado. Na ocasião, pretende-se tratar dos mecanismos de financiamento das atividades da AMDB, especialmente a definição das contribuições recorrentes das associadas e de eventual recebimento de recursos de fontes externas para a realização de projetos de interesse da AMDB. Tão logo confirmada a viabilidade de financiamento, poderemos informar às associadas as propostas de projetos e seus propósitos.

A Diretoria, com a presença de algumas associadas, reuniu-se no dia 13 de abril, de maneira virtual, com representantes da Associação alemã de diplomatas mulheres. Foi o primeiro encontro do gênero e, em breve, outros deverão ocorrer. O primeiro deles, acredita-se, com colegas canadenses. A Diretoria entende haver potencial de aprendizagem nessas trocas, sempre com o objetivo de assegurar a melhor forma de proteção dos interesses das mulheres diplomatas. Ademais, o tema da política externa feminista, já adotada pela Alemanha, por exemplo, tende a ganhar mais expressão nas interações com colegas diplomatas de outros países. O tema vem despertando cada dia mais o interesse do ambiente diplomático e acadêmico.

4. No dia 6 de abril, a AMDB esteve presente na sessão dos Diálogos sobre a Diversidade dedicada à questão de gênero. Na ocasião, a Vice-Presidente leu, em nome da Associação, o posicionamento da AMDB sobre os diálogos, e fez sugestões de como deveriam ser organizados e quais atribuições os futuros Comitês a serem criados (Gênero, LGBTQI+, PCDs, Raça) deveriam ter. A principal sugestão da AMDB à administração foi de que seja garantido à AMDB assento no futuro comitê de Gênero. Na ocasião, a AMDB também informou sobre a criação do GT sobre Combate ao Assédio, o qual contará com participação das outras carreiras do SEB. Assim, no dia 13/04, a presidenta da AMDB enviou comunicação oficial indicando a VP Laís Garcia como representante da associação no referido mecanismo. Em consulta com a ADM, foi comunicado à AMDB que essa primeira formação dos componentes do diálogo seria composta por uma representante de cada carreira (diplomatas, achans, ofchans e PGPEs) e que, apenas após as definições sobre estatuto/funcionamento do diálogo, seria possível dizer se a AMDB terá assento como associação. A AMDB seguirá insistindo para que a ADM reconheça sua condição de representante das mulheres diplomatas brasileiras. A íntegra do pronunciamento da AMDB também está em anexo.

A Diretoria

17 de abril de 2023

Anexo 1

Brasília, 27 de março de 2023.

Excelentíssimo Senhor
Senador Renan Calheiros,
MDB/AL
Presidente da CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Senado Federal
Brasília – DF.

Senhor Presidente,

Terão início proximamente, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal (CRE), sob sua Presidência, as sabinas dos primeiros indicados pelo atual governo para assumirem as chefias de missões diplomáticas brasileiras no exterior – embaixadas e missões junto a organismos internacionais.

2. Neste primeiro bloco, contam-se 23 indicações, assim distribuídas: 18 embaixadas e 5 missões junto a organismos internacionais (lista em anexo). Grande parte dessas embaixadas e missões são consideradas de primeira linha, ou seja, tidas como as mais relevantes e prestigiosas no conjunto da política externa brasileira.

3. Dos 23 nomes indicados, todos diplomatas de carreira (Ministros de Primeira Classe – MPC), 22 são homens e 1 é mulher.

4. Como Presidente da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB), entidade civil recém-criada (em 16 de janeiro último) para promover os interesses das mulheres diplomatas e assegurar-lhes o justo protagonismo na elaboração e execução da política externa brasileira, cumpre-me trazer a seu conhecimento os números acima, que refletem o quadro de profunda iniquidade e nítida discriminação a que as mulheres diplomatas brasileiras vêm sendo submetidas. Eles traduzem, igualmente, o desperdício de talentos femininos capazes de valorizar e enriquecer, pela agregação de diversidade, a diplomacia brasileira.

5. Tendo superado as mesmas provas de qualificação e os mesmos processos seletivos que seus colegas homens, as MPCs habilitadas a ocuparem chefias de missões diplomáticas no exterior representam 20,5% do total de diplomatas dessa categoria – um número absoluto de 43 diplomatas mulheres. Apenas uma – a Embaixadora Maria Luisa Viotti – foi indicada para ocupar uma chefia diplomática, a da Embaixada do Brasil em Washington, uma das mais importantes representações do Brasil no exterior. Independente do reconhecido e inquestionável mérito de nossa colega, trata-se de um exemplo efetivo de “tokenismo” – termo emprestado ao inglês segundo o qual, conforme o Dicionário Cambridge, “algo (que) é feito para prevenir outras pessoas de reclamarem (...)”. Esse já é um termo corrente na literatura sobre diversidade, utilizado quando uma inclusão simbólica é feita como concessão a grupos minoritários. É exatamente o que temos agora: 1 em 23 indicações!

6. Essa situação de patente discriminação também tem consequências negativas para a política externa brasileira, uma vez que a exclusão de mulheres dos altos níveis de representação diplomática reforça a imagem de inequidade de gênero prevalente na sociedade brasileira. A exclusão de mulheres impede, ainda,

que a composição da nossa sociedade seja plenamente refletida na atuação diplomática, o que diminui a qualidade e a legitimidade da atuação externa brasileira. Muitos países, ao contrário, vêm avançando, a passos largos, no sentido de assegurar maior representatividade e mesmo paridade de gênero à chefia de suas missões diplomáticas.

7. Recorde-se, a propósito, que na última gestão da CRE, a sua Presidente, Senadora Kátia Abreu, suspendeu, ao longo do segundo semestre de 2022, as sabatinas de embaixadores homens indicados para postos A, de primeira linha, até que fossem submetidos nomes de mulheres embaixadoras também para postos A. A Senadora explicava, à época, que as mulheres estavam sendo indicadas apenas para embaixadas em postos de segunda ou terceira linha, como embaixadas das categorias C e D. Como o então chanceler Carlos França não reagiu tempestivamente à proposição da Presidente da CRE, foram efetivamente canceladas várias sabatinas de embaixadores indicados pelo então governo. Essas missões diplomáticas retornam agora à agenda da CRE, novamente com indicação de nomes masculinos, ignorando-se, assim, o fato de o serviço diplomático brasileiro contar hoje com 130 embaixadas, das quais apenas 11 chefiadas por mulheres (8,46%). Do total de 220 postos no exterior, as mulheres chefiam apenas 20, concentrados nos consulados e nas embaixadas no continente africano (perfazendo total de 9,09%). Não há, neste momento, nenhuma mulher chefiando um posto considerado de primeira linha. Caso aprovada pelo Senado Federal, haverá uma mulher chefiando a Embaixada em Washington.

8. Ao dar ciência a Vossa Excelência dessa situação vexatória tanto para as mulheres diplomatas quanto para a diplomacia brasileira e para o Brasil, peço considerar as providências cabíveis no sentido de assegurar a dignidade a que fazem jus as diplomatas brasileiras, plenamente comprometidas com o bem servir ao estado brasileiro e, em particular, à diplomacia brasileira. Como MPCs, as mulheres diplomatas deveriam estar igualmente contempladas, em números ao menos proporcionalmente compatíveis, no quadro de indicados às chefias de missões diplomáticas brasileiras, inclusive aquelas de maior destaque no contexto da política externa nacional.

9. Aproveito para informar o sítio eletrônico em que podem ser encontrados estudos e informações acerca da atual presença de mulheres nos quadros da diplomacia brasileira. <https://mulheresdiplomatas.org/> Reitero ainda minha disposição de solicitar-lhe proximamente uma audiência para então trazer-lhe pessoalmente dados e comentários acerca da recente criação da AMDB e de suas pautas.

Com meus respeitosos cumprimentos,

Irene Vida Gala

Embaixadora

Presidente da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras

diretoria@mulheresdiplomatas.org

Anexos: 1 (quadro de indicações para próximas sabatinas)

Anexo 2

Pronunciamento da AMDB nos Diálogos sobre a Diversidade

Em nome da Associação das Mulheres Diplomatas Brasileiras (AMDB), gostaria de cumprimentar o Sr. ME e a Sra. SG pela convocação desta série de Diálogos, bem como pelo compromisso claramente assumido de promoção de um Itamaraty mais diverso e inclusivo. Como dito pelo Ministro de Estado por ocasião do início destes Diálogos, a inclusão e a diversidade fortalecem nossa instituição e asseguram melhor entrega de resultados à sociedade brasileira também no campo da política externa. Foi especialmente positivo ouvir do Chanceler suas palavras de reconhecimento à contribuição das mulheres ao Itamaraty e, em especial, seu entendimento de que são legítimas as demandas apresentadas por nós, mulheres. Entendemos que o Ministro se referia objetivamente às demandas do conjunto das mulheres funcionárias do Serviço Exterior.

A AMDB congratula-se, assim, com a Chefia do Ministério pela recriação dos Comitês de Raça, Gênero e de PCDs e agora também com a criação de um Comitê para pessoas LGBTQIA+. São grupos de interesse que voltam ou passarão a ter mecanismos institucionais de diálogo com a chefia do Itamaraty e com a Administração com vistas à promoção da diversidade e da inclusão e, conseqüentemente, à aproximação do Ministério das Relações Exteriores da população brasileira.

A AMDB quer agradecer também aos colegas diretamente envolvidos na organização destes Diálogos e coloca-se, desde já, completamente à sua disposição para seguir conversando com vistas à criação desses comitês, em especial do Comitê de Gênero, à definição de seu mandato, de sua composição, regimento e também de suas prerrogativas.

A AMDB, que representa cerca de 2/3 das mulheres diplomatas, espera ter assegurado assento no Comitê de Gênero, juntamente com mulheres representantes das demais categorias de funcionárias do serviço exterior. Acreditamos ser fundamental que todas as carreiras do SEB estejam representadas no Comitê, inclusive o grupo de OCs, ACs e PGPEs, onde há uma maioria expressiva de mulheres. Seria igualmente importante contar com a participação de representante das funcionárias terceirizadas e estagiárias deste Ministério, que tanto contribuem para o bom funcionamento do Itamaraty. Aproveitamos, aliás, para compartilhar que estamos criando, dentro da própria AMDB, um Grupo de Trabalho de Combate ao Assédio na AMDB para o qual estamos convidando mulheres Oficiais de Chancelaria, Assistentes de Chancelaria, Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE) e Terceirizadas. Aproveitamos ainda esta ocasião para sugerir e estimular as colegas oficiais e assistentes de chancelarias que criem suas redes – ou associações - de mulheres de modo a assegurarem representação própria no Comitê de Gênero.

A AMDB entende que o Comitê de Gênero, mas também todos os demais, têm natureza consultiva e fiscalizadora. Compete aos integrantes de cada Comitê informar e orientar a Administração no tocante a iniciativas necessárias ao alcance de seus respectivos objetivos. No caso do Comitê de Gênero, esses objetivos incluem o patrocínio dos direitos das mulheres profissionais, em particular no tocante à criação de condições que lhes permitam, ao mesmo tempo, a ascensão funcional e o pleno exercício da maternidade e dos cuidados que lhes são mais frequentemente atribuídos. São necessárias medidas objetivas, por exemplo, que impeçam o represamento de carreiras das mulheres que optarem pela maternidade e que apoiem o bem-estar das funcionárias e de seus filhos, como as garantias relativas ao aleitamento materno, a flexibilidade nos horários de trabalho e a regulamentação do trabalho remoto. No caso específico das mulheres diplomatas, o Comitê deverá orientar a Administração no tocante à promoção da plena diversidade, mediante o alcance da paridade na entrada na carreira, na ocupação de cargos no Brasil e no exterior, na definição de promoções e, não menos importante, no espaço de visibilidade que o Itamaraty conferirá à componente feminina de seu corpo funcional.

O Comitê, em sua função fiscalizadora e à semelhança dos outros Comitê ainda em funcionamento, como o do Senado e o do TCU, deverá poder emitir pareceres acerca da taxa de cumprimento, pela Administração, das obrigações voluntariamente assumidas e também acerca das medidas que foram objeto de suas recomendações à Administração.

Observe-se que os Comitês, seja o de Gênero, sejam os demais, não se substituem à própria Chefia do Itamaraty e à Administração na promoção de iniciativas para as quais apenas a Administração tem meios, inclusive financeiros, e poder institucional. A este respeito, propomos contratação de consultoria especializada para a produção de relatórios e de propostas orientadas para a aceleração dos processos de inclusão e de alcance da paridade dentro das carreiras do SEB, em particular na carreira diplomática, já que as carreiras de OC, AC contam com maioria de mulheres, o que é bastante simbólico. Referimo-nos também à necessidade de que o MRE busque aprofundar suas parcerias institucionais, seja com o Ministério da Mulher, seja com o Ministério da Gestão e Inovação, entre outros, ou mesmo com o Poder Legislativo e com outras Chancelarias de países parceiros, com vistas à elaboração de documentos legais que assegurem a incorporação da paridade de gênero e o respeito à diversidade na legislação do Serviço Exterior. Parcerias que estabeleçam e fortaleçam medidas e mecanismos de prevenção a assédios que, como sabido, afetam majoritariamente as funcionárias mulheres, também são ferramentas importantes para coibir a prática. Essas são responsabilidades que o Itamaraty agora assume inequivocamente ao desencadear este louvável processo de Diálogos. Os Comitês, por sua vez, terão a prerrogativa de orientar, acompanhar e mesmo zelar pelo cumprimento desse compromisso.

Ainda no tocante às prerrogativas dos Comitês, e não exclusivamente o de Gênero, a AMDB defende sejam assegurados assentos, com direito a voz, a cada um dos Comitês nas Comissões de Remoções e de Promoções, no caso dos diplomatas, e em estruturas semelhantes para outras categorias. Também defende a inclusão de representantes de cada um desses Comitês em debates institucionais sobre política externa, na medida em que inclusão e diversidade são questões transversais que devem estar refletidas na elaboração e execução da Política Externa Brasileira. Essa é uma prerrogativa indissociável da demanda, legítima e cada vez mais sonora na sociedade brasileira, por transparência na administração pública. Essa transparência, associada à adoção de critérios objetivos e necessariamente republicanos para as medidas de natureza funcional a serem adotadas pela Administração, assegurará, sem sombra de dúvida, maior chance de êxito ao propósito de acelerar-se o alcance das metas de inclusão e diversidade no Itamaraty, inclusive ao resguardar direitos individuais de cada funcionária e funcionário.

Por fim, a AMDB espera que a regulamentação e instalação dos Comitês possa ocorrer ainda no corrente mês de abril, posto não haver motivos para se tardar a promover aquilo que é urgente e tão necessário – a diversidade e a inclusão como resultados que o Itamaraty precisa entregar à sociedade brasileira. Obrigada.